

**A MEMÓRIA DE PRIMO LEVI SOBRE OS CAMPOS DE MORTE  
NAZISTAS**  
PRIMO LEVI'S MEMORY CONCERNING THE NAZI DEATH CAMPS

Lucas Amaral de Oliveira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este ensaio se volta, sobretudo, a uma busca de sentido; não por meio do simples resgate de uma memória individual traumática, mas sim através de processos sociais e de mecanismos culturais pelos quais um exemplo particular, o do escritor judeu italiano Primo Levi, conseguiu conectar suas experiências subjetivas com outras, convertendo-as em experiências coletivas. Para isso, faremos uma análise, a partir da literatura-memorialística de Levi, de como foi possível haver tão duradouro processo político de desumanização racional e de destruição planejada do homem durante o regime nazista. Esperamos, assim, compor algumas considerações provisórias que busquem compreender, pelo menos em parte, alguns aspectos da violência incomensurável perpetrada nos campos de extermínio nazistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Primo Levi. Memória. Modernidade. Holocausto.

### 1. A essencialidade da literatura de Primo Levi

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, ganharam bastante destaque alguns estudos voltados para a chamada “literatura de testemunho”, especialmente aqueles que adotaram como objeto de investigação social as experiências limítrofes de indivíduos que foram vítimas dos horrores dos campos de concentração, nazistas ou stalinistas, e que sofreram, por isso, as conseqüências do lado mais sombrio da era moderna. O escritor italiano Primo Levi (1919-1987), judeu, químico e intelectual marcado pela lancinante experiência de prisioneiro de Auschwitz, seguramente, foi um dos maiores expoentes deste estilo literário e, com efeito, também um dos autores mais referidos em tais estudos – o próprio Hobsbawm (1995), na *Era dos extremos*, quando cita algumas personalidades e suas respectivas visões acerca do “breve século XX” – assinala para as reflexões de Levi, que, para o historiador, conseguiu pensar com destreza alguns elementos ímpares da violência ocorrida no desenrolar do século passado. Ademais, muitas das representações adotadas na obra de Levi anunciam, com voz altíssima, estratégias que, por meio de um processo de rememoração e testemunho, conseguem cumprir uma dupla função na história do pensamento: garantir a manutenção de uma individualidade que se pode dizer genérica, a de judeu sobrevivente dos campos, e,

---

<sup>1</sup> Aluno de graduação do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL, PR). E-mail: lucas\_amaral\_oliveira@hotmail.com

também, a sobrevivência da própria história enquanto lembrança, através de uma memória que se pode dizer coletiva<sup>2</sup>.

Entendemos que, no intento de análise do fenômeno social, a literatura tende a ser uma importante ferramenta de auxílio nesse difícil processo de reconhecimento e desvelamento da realidade dos fatos sociais históricos, uma vez que ela cultiva um potencial altamente descritivo dos elementos que os constituem, conseguindo, ainda, lançar um olhar minucioso em direção à complexidade do real. Isso, talvez, porque ela seja capaz de nos fornecer, através da narrativa escrita contextualizada, dados bastante precisos na compreensão da multiplicidade do presente. É por isso que ela impõe uma lealdade e uma moral rigorosa, pois não é inocente: “a literatura é o essencial ou não é nada” (BATAILLE, 1989, p. 9). Logo, pelo seu comprometimento com o real e com certas “verdades”, que não aquelas verdades imediatistas provenientes do discurso hegemônico (ou seja, a história dos vencidos), podemos utilizá-la como campo de análise social, adotando, com efeito, algumas obras deste magnânimo escritor que é Primo Levi<sup>3</sup>, cuja literatura-memorialística foi capaz de reconstruir uma história nefasta e construir, a partir do ponto de vista calado daqueles que sucumbiram aos campos de extermínio nazistas, a devida mediação entre o passado e o presente.

Em seu primeiro livro, *É isto um homem?*, Levi (1988, p. 24) observa que “pela primeira vez nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem”. Assim, ao mesmo tempo em que reconhece a fragilidade das palavras para descrever o terror, ele parece compreendê-las como uma possibilidade de representação da realidade – aliás, neste seu primeiro texto ele tem muita vontade de expressar isso, uma vez que é escrito ainda no calor nos acontecimentos da guerra, dois anos após o seu fim (pode ser tido, portanto, como o primeiro testemunho dos campos publicado). Mas, além do testemunho contido nesta obra, pioneira sobre a realidade dos campos, o segundo livro que fazemos uso, *A trégua*, se propõe a narrar a angustiante epopéia (bem ao estilo homérico) de volta para casa depois da liberação de Auschwitz. O desfecho cáustico, e auto-reflexivo, da literatura memorialística de Levi fica por conta de *Os afogados e os sobreviventes*, livro onde sua voz de testemunha, aliado ao trabalho da memória, tenta recriar a vida nos limites da destruição, visando esclarecer às novas gerações que o que parece impossível realmente ocorreu e, o que é mais alarmante, pode voltar a ocorrer.

---

<sup>2</sup> No sentido originalmente usado pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs, morto no campo de Buchenwald em 1945. Sobre o conceito de “memória coletiva”, ver HALBWACHS (2004) e POLLAK (1989).

<sup>3</sup> As três obras de Levi que por ora analisamos são as seguintes: *É isto um homem?* (1988), *A trégua* (2004a) e *Os afogados e os sobreviventes* (2004b), todas publicadas em português.

No entanto, sendo este campo composto por fontes essencialmente textuais – já que literárias –, ele não pode ser tratado ao estilo tradicional. Isto não quer dizer que haja, neste trabalho, uma perda de qualidade e clareza; muito pelo contrário, ganha-se, apesar disso, prevalência histórica e ética por razão de estarem inscritas nestas fontes “as informações metodologicamente relevantes e socialmente significativas” para uma boa análise historicizada do social (GIUMBELLI, 2002, p.103). Por isso, pensamos que, por dois motivos capitais, estes documentos narrativos, que fundam a base epistemológica de nossas investigações, são fundamentais para se entender o testemunho da violência incomensurável perpetrada pelo Holocausto: primeiro, devido ao conteúdo denso de “verdades” históricas presentes neste campo, e cuja potencialidade para o esquecimento é grande – e, conseqüentemente, ao fio narrativo coeso que elas seguem, próprias para estabelecer uma ponte entre o ocorrido e o contado –; segundo, por comporem uma fonte preciosa do que Maurice Halbwachs (2004, p. 85) chamou de uma “memória coletiva”, medida em unidade de tempo e solidamente mais extensa que qualquer relato histórico que não está hábil na tarefa de reconstruir esta continuidade de tempo interrompida.

Conforme sustentou Giorgio Agamben (2008, p. 36), os sobreviventes dos campos de concentração e extermínio têm a vocação da memória, por isso, não podem deixar de recordar o passado vivido. Levi exerce esta vocação com bastante singularidade, mediante uma escrita engajada e que deseja, a todo instante, examinar e compreender uma experiência de extrema depauperação. Nesse ínterim, e não perdendo de vista a literatura de Levi, as noções de experiência, memória e testemunho serão desenvolvidas mediante uma perspectiva sociologicamente crítica da própria modernidade – e de suas conseqüências mais atroz. Assim, esta investigação busca compreender como tais conceitos se inter-relacionam no interior de uma obra intimamente estigmatizada pela lembrança do *Lager*<sup>4</sup>, buscando decifrar a relação da memória com as particularidades do gênero autobiográfico (e eminentemente moderno) de Levi.

Para tanto, não faremos somente o resgate de uma memória individual traumática, mas, sobretudo, de processos sociais e de mecanismos culturais pelos quais um exemplo particular conseguiu conectar sua experiência subjetiva com outras, convertendo-a, assim, em uma experiência coletiva. Ademais, ajustando nosso olhar em torno das reminiscências presentes nos textos de Levi, buscaremos o fio que conduz toda sua preocupação em dar

---

<sup>4</sup> *Lager* são os campos de concentração e extermínio em massa nazistas, dentre os quais Auschwitz é o modelo mais paradigmático – digamos, seu *tipo ideal*.

testemunho do que foi, para muitos, “inexperienciável”. Tais são os desígnios deste ensaio, cuja base teórico-metodológica é um diálogo da teoria social com a narrativa histórica e ética leviniana, entendidas, aqui, como duas importantes técnicas para um conhecimento eficaz da realidade dos fatos sociais históricos.

## 2. Experiência, memória, testemunho

Podemos dizer que a leitura de Levi não é a das mais fáceis. Na verdade, ela tende a ser razoavelmente penosa. Atentamos a isso nem tanto pela dificuldade que poderemos ter em conectar as idéias coletadas em seus textos com os devidos instrumentos conceituais e teóricos; o maior obstáculo, pensamos, é aquele que se encontra inerente a sua própria obra, marcado em cada uma de suas linhas, e que se manifesta continuamente conforme se mantém o contato direto com seu testemunho triste, frio e profundamente tatuado na forma de sua escrita. Este sentimento inevitável é uma penetrante sensação de desconforto e dor – talvez um *afeto*, nos moldes quistos pela antropóloga Jeanne Favret-Saada (2005). O fato é que esta instigante, mesmo que incipiente, experiência de leitura já produziu uma miscelânea de sentimentos confusos, um misto de tristeza, vergonha, desespero, revolta. Isso, talvez, porque não seja fácil estar face-a-face com o pior que temos dentro de nós mesmos, sobretudo quando este mal foi bem real, concreto, ocorrido.

Ora, a memória de Levi tem a capacidade de nos botar frente ao espelho e odiar a nós mesmos. Na leitura de *Os afogados e os sobreviventes*, por exemplo, percebemos que o escritor nos convida a tomar consciência da singularidade pela qual se manifestou o fenômeno da violência no interior dos campos. Incita-nos, assim, a fazer parte de sua dor, de tal sorte que nos move totalmente despídos no cerne de suas lembranças, buscando, por meio de uma “memória da ofensa” – termo que ele usa, amiúde –, representar a realidade de quem passou pelos campos de concentração e extermínio. Ele quer dizer para nós, “eufemizadores” do significado real do Holocausto, que ninguém pôde mais do que eles “acolher a natureza insanável da ofensa, que se espalha como um contágio” (LEVI, 2004a, p.12-13).

Primo Levi, o judeu italiano que foi deportado para Auschwitz no início de 1944, junto a mais de 600 italianos, tinha apenas 24 anos e era recém formado em química. Talvez esperasse encontrar no *Lager* um mundo terrível, mas que respeitasse uma certa lógica da moderna cultura ocidental. Ledo engano, posto que Levi (1988, p. 87) vai nos salientar acerca da inversão, ou da complexificação, dos conceitos básicos e já tidos como claros para nós, que

somos meros observadores distantes do que foram os *Lager*: questões referentes ao roubo, troca, punições, ou “as velhas palavras ‘bem’ e ‘mal’, ‘certo’ e ‘errado’”. Assim, o escritor convida o leitor para que julgue “o quanto, de nosso mundo moral comum, poderia subsistir aquém dos arames farpados”. É desta forma que a leitura de suas obras nos propicia um questionamento dos valores mais básicos inscritos no discurso da modernidade, bem como a necessidade de se rememorar o passado, e as “verdades” que ele suporta, para que possamos fazer uma autocrítica de nosso próprio presente. Levi se vale, portanto, da literatura-testemunho, ora refúgio, ora arma, na busca de compreensão de suas experiências passadas. Mario Barenghi (2005, p. 181) sustenta que a memória em Levi conquistou um valor em si, como registro do ocorrido, como relato de uma infâmia tão memorável em sua tragicidade a ponto de assumir o “valor de anúncio”<sup>5</sup>. Deste modo, podemos propor que a memória ativada do intelectual judeu fornece muitos subsídios para uma reflexão genérica – sociológica, filosófica, moral, histórica – da condição humana contemporânea.

Todavia, além da compreensão de alguns dos fundamentos mais paradoxais da modernidade, Levi se empenha na constituição de sua identidade a partir do que foi outrora vivido. Podemos perceber, com isso, que um elemento digno de atenção na narrativa leviniana é um duplo empreendimento ontológico: a reconstrução de sua própria identidade de escritor, concreta e particular, e o reconhecimento de pertencimento a um grupo, os “sobreviventes”, categoria mais abstrata e universal. Em seus escritos, “há uma ligação íntima entre história de vida e identidade”, pois, “o que está em jogo entre a vida vivida e a vida contada é, então, o Eu e esta possibilidade de dizer ‘Eu’” (BRANDÃO, 2007, p. 89), que buscará, por conseguinte, responder questionamentos filosóficos fundamentais. Mas, no entanto, em vez da descoberta de uma identidade própria e individual, pode-se falar, acima de tudo, de uma identidade negada pela história, ou seja, de uma não-identidade imposta pelas circunstâncias dos campos. Com efeito, seu trabalho autobiográfico se funde a uma análise ético-histórica, que, portanto, longe de pressupor uma mera regeneração individual, busca uma compreensão racional do ocorrido.

Na construção de uma identidade do “sobrevivente”, Levi nos marca com sua séria indignação, mostrando-nos o que sempre procuramos esconder: nosso lado mais nu, mais desprotegido e cru. A menoridade da qual achávamos ter saído, e que Kant (2005) já havia

---

<sup>5</sup> O termo “valor de anúncio” quer dizer que a obra memorialística de Levi possui um valor em si, isto é, “não depende mais do processo cognitivo que alimenta”, uma vez que “não se trata da revelação de eventos exteriores, mas da recordação de experiências vividas de forma direta”. A este respeito, ver BARENGHI, 2005, p. 181.

lembrado em seu ensaio *O que é esclarecimento?*, deixou sua forma recalcada para atingir o ápice de sua força. Durante a leitura de seus livros, frequentemente, podemos ficar diante do humano na sua forma mais *hobbesiana*. E tal como a vergonha e a culpa que Levi (2004b, p. 65) carrega, o nosso sentimento de culpa e de vergonha tende a ser bem maior, posto que, aos poucos, nos damos conta que algo tão atroz sucedeu diante dos olhos do mundo, nesta tão aclamada sociedade moderna, em pleno desenvolvimento de suas forças produtivas e do avanço inevitável das mais finas tecnologias – que prometiam, antes, facilitar nossas vidas e melhorar nossas relações mútuas, uns com os outros e de todos com o mundo.

Nesse contexto, Levi expõe muito bem em suas narrativas o que Zygmunt Bauman vai tratar futuramente, numa perspectiva estritamente sociológica. Segundo o sociólogo polonês, haveria uma grande possibilidade de que o desenlace da nossa tão prometética modernidade, sustentada na racionalização da vida humana e na burocratização das decisões políticas, fosse o Holocausto, sendo que todos os seus “ingredientes”, todos os fatores o que tornaram o Holocausto possível, podem ser tratados como “normais”:

“normais” não no sentido do que é familiar, do que não passa de mais um exemplo numa vasta categoria de fenômenos de há muito plenamente descritos, explicados e assimilados (ao contrário, a experiência do Holocausto era nova e desconhecida), mas no sentido de plenamente acompanhar tudo o que sabemos sobre nossa civilização, seu espírito condutor, suas prioridades, sua visão imanente do mundo – e dos caminhos adequados para buscar a felicidade humana e uma sociedade perfeita (BAUMAN, 1998, p. 27).

Logo, a compreensão da singularidade do ocorrido nos *Lager*, em especial, em Auschwitz, possibilita o conhecimento de uma outra face da modernidade – ou “o outro” da própria modernidade. Mesmo sustentada numa fé na razão, numa neutralidade da técnica, no progresso e numa linha coesa de evolução da história, a modernidade também produziu, em massa, milhões de cadáveres, numa combinação de engenharia de ponta, crueldade e indiferença. Foucault (1999), certa feita, mencionou que este episódio se tratou de uma genuína “guerra de raças”, produto da centralização da ideologia racista nas mãos do Estado moderno. Marcuse (1999, p. 108), por sua vez, afirmou que o nazismo aboliu “qualquer separação entre o Estado e a Sociedade”, formando um bloco unitário e indistinto. Mas, no entanto, este bloco seria uma falsificação da idéia de totalidade. Para o frankfurtiano, o nazismo equivaleria a uma forma de tecnocracia, onde a tecnologia seria um arranjo social e político que poderia servir como “um instrumento de controle e dominação” (MARCUSE,

1999, p. 73). Marcuse (1999, p. 74) chega, com isso, a apontar as contradições da própria modernidade quando diferencia tecnologia e técnica, na qual esta última “por si só pode promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a escassez quanto a abundância, tanto o aumento quanto a abolição do trabalho árduo”.

Voltando a Bauman (1998, p. 118), que parece seguir em sentido análogo, afirma que o Holocausto “é único num duplo sentido. É único entre outros casos históricos de genocídio porque é moderno. E é único face à rotina da sociedade moderna porque traz à luz certos fatores ordinários da modernidade que normalmente são mantidos à parte”. Da escrita de Levi, podemos retirar argumentos sólidos para enfrentar o Holocausto, paradoxalmente, como um produto e um fracasso de nossa modernidade. Jeanne Marie Gagnebin (2006, p. 41) salienta que na história

a experiência do horror e da exterminação metódica parece ter provocado um abalo sem precedentes da confiança na ciência e na razão. Essas duas questões são aquelas da *escrita* da história, em particular seu caráter literário, até mesmo ficcional, e da memória do historiador (de seu grupo de origem, de seus pares, de sua nação), em particular dos liames que a construção da memória histórica mantém com o esquecimento e a denegação.

Em se tratando de memória, o próprio Levi (2004b, p. 13) vai nos dizer que “é natural e óbvio que o material mais consistente para a reconstrução da verdade sobre os campos”, destas fatídicas e obscuras experiências, “seja constituído pelas memórias dos sobreviventes”. Sua memória funciona, simultaneamente, como que uma condição e uma arma política – nos moldes sartreanos –, capaz de testemunhar e investigar a violência inaudita do *Lager*. Com isso, ele propõe opor ao tempo vazio e contínuo de uma história deficiente, o tempo pleno e descontínuo da história autêntica, buscando no passado os germes de outras histórias genuínas (AGAMBEN, 2005, p. 128). Levi se resigna, portanto, a procurar no passado, que está ainda muito presente em sua memória e na própria memória coletiva, os sofrimentos acumulados de todo um grupo de indivíduos. Com esta sua busca frenética, no empoeirado baú da história, ele pretende dar face e corpo ao ocorrido.

Seguindo as teses “Sobre o conceito da história”, de Benjamin (1996), como escopo, reparamos que o escritor italiano toma a necessidade da experiência como reconstrução de uma memória, como se ela própria, detentora derradeira da experiência vivida, já fosse acompanhada de uma nova forma de narrativa, que, por sua vez, se distinguiria da

narrativa isolada pelo simples fato de ser síntese de inúmeros narradores anônimos. Este é um argumento pertinente para se buscar nas obras de Levi, em sua narrativa-testemunho, todo o peso de uma síntese, já que sua literatura é fruto não somente de uma memória singular, mas da construção empreendida por muitos que viveram a mesma experiência – do “inexperienciável” – e não conseguiram contá-la ou que se recusaram a tentar compreendê-la.

O uso da autobiografia nos faz perceber como estão operando, em determinado texto, as relações do indivíduo com seu grupo – no caso de Primo Levi, com os que sucumbiram aos campos, com os demais sobreviventes e com os que, de alguma forma, tinham na memória o ocorrido. Mesmo que registremos apenas uma história de vida isolada, para se entender as demais, o objetivo “é captar o grupo, a sociedade de que ela é parte; [...] encontrar a coletividade a partir do indivíduo”, uma vez que a história de vida pode revelar o que se esconde na encruzilhada da vida individual com a vida social (QUEIROZ, 1987, p. 277-284). Contudo, Agamben (2005, p. 50) defende que existem experiências que não nos pertencem integralmente, que não são nossas, e que, por não gozarmos da posse delas, são “experiências do inexperienciável”. Nesse duplo sentido, Levi consegue transformar a experiência vivida em memória coletiva, tornando público aquilo que é reflexo do acúmulo dessas suas experiências. Sua intenção é, então, transformar este evento, tido como aparentemente “inexperienciável”, em uma nova experiência por mediação da memória. É o que Langdon (1999, p. 20) aponta quando diz que uma narrativa real “expressa momentos dramáticos na vida humana, momentos de importância que fazem parte da memória cultural e individual”.

Segundo Mario Barenghi (2005), o nexos entre lembrar, narrar e compreender dá lugar a uma espécie de círculo que condiciona profundamente o memorialismo de Levi. Aqui fica clara a importância notável do escritor para a atualidade das Ciências Sociais no exato ponto em que ele tenta compreender, através do ato de contar, aspectos imprescindíveis para o claro entendimento deste processo de aniquilação do homem. Foi o que Hannah Arendt (1989, p. 21) quis dizer quando demarcou o próprio ato do “compreender”, que significa, antes de tudo, “examinar e suportar conscientemente o fardo que os acontecimentos colocaram sobre nós – sem negar sua existência nem vergar humildemente a seu peso [...]. Compreender significa, em suma, encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela”. Nesse contexto, o papel que o judeu italiano desempenha em suas autobiografias é duplo: o de vítima e o de protagonista, isto é, o de sujeito e o de objeto da história. Personagem bipartido, Levi se coloca na posição de hermenêutica social, indagando, a todo o momento, os porquês da história e das diversas ações sociais humanas, na sua constante

vontade de entender a completude da realidade que viveu. Barenghi (2005, p. 181-182) presume que “só é possível narrar na medida em que se impõe o objetivo de compreender”. Portanto, Primo Levi não renuncia ao objetivo de compreender a realidade que viveu, visto que “só o horizonte intelectual da compreensão garante a sobrevivência psíquica do sujeito, preservando-o do abismo da insensatez” (BARENGHI, 2005, p. 182).

Em *É isto um homem?*, Levi (1988, p. 7) articula historicamente o passado com o presente, mas não para fazer denúncias ou julgar os possíveis carrascos da história, e sim com a intenção de “fornecer documentos para um estudo sereno de alguns aspectos da alma humana”. Ele é o escritor que quer cavar fundo na sua própria realidade com o desígnio de resolvê-la para si mesmo, para a história e, sobretudo, para as gerações vindouras. O vínculo entre sua narrativa e o ato de recordar se dá acompanhado de uma ansiedade impetuosa de externalizar, sobriamente, o caráter dilacerante que fora o *Lager* nazista. Entre a lembrança dolorosa do vivido e a inabilidade estrutural de narrá-la e compartilhá-la, abre-se um terreno íngreme e perigoso de recuperar o vivido em distintas formas de testemunho. E é deste modo que a leitura de Levi nos fornece muitos elementos para se pensar não o sujeito isolado ou uma memória individual e traumática, mas a estrutura mesma que compõe os processos sociais e os mecanismos culturais nos quais este sujeito pôde conectar sua experiência com outros indivíduos, convertendo-a em experiências inter-subjetivas que puderam, a partir de então, serem apropriadas de maneira coletiva (JIMENO, 2006).

Ademais, a brutalidade da experiência limítrofe do ex-concentracionario, testemunha ocular de uma realidade obviamente malévola e destrutiva, produziu em grande parte dos sobreviventes danos irreparáveis. Nas palavras de Todorov (1995, p. 288),

os sobreviventes dos campos se tornaram, na sua grande maioria, pessoas depressivas e sofredoras. A proporção de suicidas é anormalmente alta entre eles, como a de doenças mentais ou físicas. O próprio Levi falou disso várias vezes ao interpretar a fonte desse infortúnio como um sentimento de vergonha por ter vivido o que se viveu, em uma culpa difusa e insuperável.

N’*A trégua*, o escritor italiano nos diz que chegou de volta a Turim, sua cidade natal, no dia 19 de outubro de 1945. Nas suas palavras: “após trinta e cinco dias de viagem: a casa estava de pé, todos os familiares vivos, ninguém me esperava. Eu estava inchado, barbudo e maltrapilho, e tive dificuldade em fazer-me reconhecer” (LEVI, 2004a, p. 358). Retomando um paralelo já feito por Gagnebin (2006), cuja metáfora é bastante ilustrativa, podemos

aproximar a árdua viagem de volta para casa de Levi com aquela arrostada pelo herói homérico, Ulisses, na *Odisséia*. E mais, a narrativa de Levi pode ser lida como um incessante enfrentamento contra o fenômeno do esquecimento, luta a qual Ulisses também travou contra os *lotófagos* – este povo perigoso, portador do “doce” esquecimento. O que o escritor tem pela frente, n’*A trégua*, é o de regresso para casa, ou seja, uma longa e ameaçadora volta para Turim – que poderia muito bem ser Ítaca –, cuja tarefa principal era manter viva e quente a própria memória do testemunho. Nesse contexto, Levi foi quem ouviu o canto das sereias e escapou vivo (pelo menos por um tempo) para contá-lo ao mundo. Mas o canto que ele presenciou foi bem mais pernicioso do que o experimentado pelo herói homérico. Gagnebin (2006, p. 36) afirma que “Ulisses não é somente o vencedor, mas também o *herdeiro* das sereias”, pois ele é o narrador de suas próprias aventuras somente a partir do momento em que ele passa ao crivo do canto delas e não se deixa devorar. Levi (2004b, p. 72) vai nos dizer que os sobreviventes são uma minoria anômala, além de exígua, que, por prevaricação, habilidade ou sorte, não tocaram o fundo; quem o fez não voltou para contar, ou voltou mudo. Levi, como sobrevivente que não se deixou afogar, também não foi devorado pelas sereias.

Com isso, é possível pontuar algumas questões basilares, tendo em vista o terreno da subjetividade do qual a narrativa de Levi é fio condutor: Como foi possível haver tão duradouro processo de desumanização racional e de destruição planejada e planificada do homem? De que forma se deu, em pleno século XX, esta passagem compulsória do homem ao não-homem? Quais as causas que ainda continuam ocultas por detrás do silêncio sombrio que ronda as lembranças do *Lager*? Buscando responder tais questionamentos, mediante sua narrativa-testemunho, Levi se aproxima muito do que Benjamin se referiu quando quis definir o objetivo essencial da narração e da história. O pensador alemão nos mostrou que a acumulação de lembranças não é a finalidade última da narrativa histórica, porque esta deve propor mais que a conservação piedosa do passado, mais que sua preservação: ela deve funcionar como uma “recolecção” paciente que tenha a vontade e a coragem de constituir “a totalidade dos processos históricos” (BENJAMIN, 1996, p. 231).

N’*Os afogados e os sobreviventes*, podemos identificar, uma vez mais, e agora de modo mais explícito, que Levi reitera a necessidade dos sobreviventes testemunharem o que pode ser dito “intestemunhável”. Esse ímpeto pelo testemunho é bastante natural, haja vista o medo do esquecimento, o medo de que, mesmo em liberdade, fora dos campos, ninguém queira ouvir sobre aquele remoto e lúgubre passado, especialmente porque “o verdadeiro horror dos campos de concentração e de extermínio reside no fato de que os internos, mesmo

que consigam manter-se vivos, estão mais isolados do mundo dos vivos do que se tivessem morrido, porque o horror compele ao esquecimento” (ARENDR, 1989, p. 493). Tal receio aumenta ainda mais quando se tem ciência das correntes contemporâneas do revisionismo histórico, que negam ou minimizam a experiência do Holocausto, já que o conceito de “verdade” não se esgota nos simples procedimentos de “adequação e verificação, procedimentos esses cuja impossibilidade prática no caso da historiografia da *Shoah* fornece, justamente, seus ‘argumentos’ aos revisionistas” (GAGNEBIN, 2006, p. 42).

Além de tudo isso, esse ato de “rememoração” faz-se também necessário porque muitos ainda apelam para um esquecimento sutil do que passou, afirmando a irrelevância de se lembrar de um passado tão funesto e que nada tem a contribuir para nossas vidas presentes (muito menos futuras). Gagnebin (2006, p. 11-12) relembra o que Benjamin, profeticamente, já havia salientado antes mesmo do genocídio: a forte necessidade de não nos esquecermos dos mortos, dos “vencidos”, não calar suas vozes, ou, nas pegadas de Nietzsche, “não cair na ilusão narcísea de que a atividade intelectual e acadêmica possa encontrar sua justificação definitiva nesse trabalho de acumulação”, que é o documento de escritura das testemunhas vivas do vivido. Isto é, a força libertadora da rememoração não deve ser usada “para dissipar o poder do passado sobre o presente, mas para dissipar a culpa do presente para com o passado” (HABERMAS, 2000, p. 22-23).

É por essa razão que, “no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento” (POLLAK, 1989, p. 7). Esta é a ânsia de Levi e de tantos outros, que lutam constantemente para impedir o esquecimento pelo testemunho do insustentável. Além disso, sabemos que há alguns elementos objetivos falsificadores da memória: como a neurose, o trauma e, acima de todos estes, o tempo. No entanto, “não só a tendência a esquecer é forte, mas também a vontade, o desejo de esquecer”, ou seja, “existem também outras formas de esquecimento, duvidosas: não saber, saber mas não querer saber, fazer de conta que não se sabe, denegar, recalcar” (GAGNEBIN, 2006, p. 101). Primo Levi (2004b, p. 19) também tem consciência disso, de tal forma que vai asseverar diversas vezes que, sob algumas condições particulares, “os traumas, não apenas os cerebrais; a interferência de outras recordações ‘recorrentes’; estados anormais da consciência; repressões; recalques”, ocorre uma degradação, um esquecimento, uma degradação das lembranças.

Nesse contexto, em um capítulo decisivo de *É isto um homem?*<sup>6</sup>, que dará origem ao posterior *Os afogados e os sobreviventes*, Levi nos pergunta se realmente vale a pena restar alguma memória desta tão abjeta situação humana. Mas, logo abaixo já nos responde com um eloqüente “sim”, dizendo que “nenhuma experiência humana é vazia de conteúdo [...], todas merecem ser analisadas”; e mais, diz, ainda, que deste episódio, que ao mesmo tempo deve ser esquecido e lembrado, podemos “extrair valores fundamentais” (LEVI, 1988, p. 88).

### 3. Considerações finais

Michael Pollak (1989, p. 5) defende que o “longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”. Nesse sentido, o químico de Turim lembra que, mesmo o estado nazista querendo, a todo instante, apagar os rastros deixados pela história, por exemplo, explodindo as câmaras de gás e os fornos crematórios de Auschwitz, estes ainda existem, suas ruínas ainda permanecem por lá (LEVI, 2004b, p. 10). Gagnebin (2006, p. 47) vê que a história atual, tal qual a narrativa de Levi se encaixa, precisa “transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nomes, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados”. Em sua primeira obra, o escritor italiano confessa que tinha a necessidade de contar ao mundo suas memórias e de tornar os outros participantes de sua vida. Destarte, é possível supor que, mediante o relato de sua própria experiência e a ânsia por se fazer ouvir, sua narrativa é um processo histórico-cultural bastante veraz, pois lá estão presentes elementos políticos, subjetivos e sociais que dão sentido à experiência, para que outros possam se apropriar dela para fazerem seus julgamentos e análises. Isso se assemelha à história autêntica, tal como percebida por Halbwachs (2004, p. 84), que deve ser aquela que compile as verdades que ocupam “o maior espaço na memória dos homens”. Com efeito, a obra de Levi é substancial na busca de espaço no interior da memória coletiva porque é dotada de sentido e busca interpretações diversas sobre o ocorrido: é, portanto, uma narrativa eminentemente engajada. Nesse raciocínio, também é possível conjecturar que sua memória preside um processo de reconstrução histórica de uma realidade social, na medida em que ela vai representar, além de um deslocamento até o passado, o semblante deste passado no presente.

---

<sup>6</sup> O capítulo aludido é “Os submersos e os salvos” (LEVI, 1988, p. 88-102).

Assim, tendo em vista a experiência dos campos de concentração, devemos repensar, ainda, a relação entre passado e futuro, entre eles (de outrora) e nós (de agora). E por que pensar os campos de concentração? Justamente porque eles são a instituição que caracteriza mais especificamente o governo totalitário, como advertiu Hannah Arendt (1989, p. 491): e “deter-se nos horrores que eles representam é indispensável para compreender o totalitarismo” e o Holocausto. A leitura da obra de Primo Levi é um importante caminho para tomarmos consciência do que devemos aprender desta “situação-limite”: isso significa recobrar a memória do passado, não do passado como monumento, mas sim de sua utilização como instrumento para agir sobre o presente. Sua memória, portanto, não combate apenas as tendências negacionistas da “solução final”, mas, principalmente, funciona como uma arma valiosa contra o que Theodor Adorno (1995), incansavelmente, alertou: a repetição deste fato, uma possibilidade que está profundamente imbricada em nossa própria condição moderna, de racionalização dos gestos, neutralização dos julgamentos morais e éticos e de burocratização das decisões, aliado, ainda, à centralização cada vez maior do poder nas mãos do Estado.

Para isso, Primo Levi é quem nos mune, ainda hoje, de consistentes ferramentas para se entender Auschwitz como um produto da modernidade. Logo, seu testemunho é um alerta vermelho muito atual para que evitemos que a tragédia dos campos de extermínio se repita.

**ABSTRACT:** This essay aims to accomplish a search for sense, not through the simple means of recuperating individual traumatic memory, but by means of the social processes and cultural mechanisms deployed by the Italian Jew writer Primo Levi, who managed to connect his subjective experiences with others, transforming them into collective experiences. In order to do so, we will depart from Levi’s memorialist literature, so as to study how the long Nazi political process of rational dehumanization and the destruction planned by man at the time came to being. We hope, thus, to compose some provisional considerations that seek to understand some of the aspects of the vast violence perpetrated within the Nazi death camps, at least partially.

**KEYWORDS:** Primo Levi. Memory. Modernity. Holocaust.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. *Palavras e sinais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. *Notas de literatura*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

BARENGHI, Marco. A memória da ofensa: recordar, narrar, compreender. *Novos Estudos*, CEBRAP, São Paulo, n. 73, p. 175-191, 2005.

BATAILLE, Georges. *A literatura e o mal*. Porto Alegre: L&PM, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRANDÃO, Ana Maria. Entre a vida vivida e a vida contada: a história de vida como material primário de investigação sociológica. *Configurações*, Minho, n. 3, p. 83-106, 2007.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 13, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GIUMBELLI, Emerson. Para além do “Trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 48, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JIMENO, Myriam. Lenguaje, subjetividad y experiencias de violencia. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, p. 65-91, 2006.

KANT, Immanuel. Que é esclarecimento?. In: \_\_\_\_\_. *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 2005.

LANGDON, Ester Jean. A fixação da narrativa: do mito para a poética de literatura oral. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 5, n. 12, p. 45-68, 1999.

LEVI, Primo. *A trégua*. São Paulo: Planeta De Agostini, 2004a.

\_\_\_\_\_. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

\_\_\_\_\_. *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004b.

MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: Unesp, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos Orais: do “indizível” ao “dizível”. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 39 (3), p. 272-286, 1987.

SARTRE, Jean-Paul. *O que é literatura*. São Paulo: Ática, 1993.

TODOROV, Tzvetan. *Em face do extremo*. Campinas: Papyrus, 1995.